



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Gabinete do Ministro da Economia

OFÍCIO SEI Nº 695/2019/GME-ME

Brasília, 22 de novembro de 2019.

A Sua Excelência a Senhora  
Deputada SORAYA SANTOS  
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados

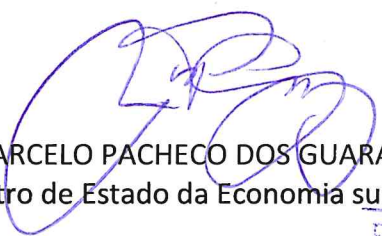
**Assunto: Requerimento de Informação.**


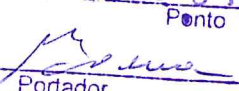
Senhora Primeira-Secretária,

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 888/19, de 31.10.2019, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 1523/2019, de autoria do Senhor Deputado LUIS MIRANDA, que solicita "informações sobre estimativa do impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei nº 3.171, de 2019".

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do parlamentar, Ofício nº 1.809/2019 – RFB/Gabinete, de 12 de novembro de 2019, elaborado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Atenciosamente,

  
MARCELO PACHECO DOS GUARANY  
Ministro de Estado da Economia substituto

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto nº 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em 27 / 11 / 19	às 17h29
Servidor 	Ponto 5.876
Portador 	



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA

**URGENTE**



Ofício nº 1.809/2019 – RFB/Gabinete

Brasília, 12 de novembro de 2019.

Ao Senhor  
Roberto Gondim Eickhoff  
Gerente de Projetos da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares  
Esplanada dos Ministérios, Ministério da Economia – Bloco P, 5º Andar  
70048-900 - Brasília/DF

**Assunto: Análise do Requerimento de Informação nº 1.523, de 2019, que requer informações ao Ministério da Economia sobre estimativa do impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei nº 3.171, de 2019. Referência: 12100.105724/2019-18.**

Senhor Gerente de Projetos,

Encaminho, anexa, para apreciação e demais providências, a Nota Cetad/Coest nº 202, de 11 de novembro de 2019, elaborada pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros desta Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, que analisou o requerimento em epígrafe.

Atenciosamente,

  
JOSE BARROSO TOSTES NETO

Secretário Especial da Receita Federal do Brasil



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



**Nota CETAD/COEST nº 202, de 11 de novembro de 2019.**

**Interessado:** Gabinete do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil

**Assunto:** Estimativa do impacto orçamentário-financeiro do Projeto de Lei nº 3.171, de 2019, que confere a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI para rapadura.

*e-Processo nº: 10265.024988/2019-63*

A presente Nota Técnica tem por objetivo estimar o impacto orçamentário-financeiro do Projeto de Lei nº 3.171/19, cujo requerimento de informação nº 1523/2019 foi encaminhado ao Ministério da Economia pela Câmara dos Deputados em 21 de outubro de 2019 e, em seguida, encaminhado à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

2. O Projeto de Lei nº 3.171/2019, de autoria do Deputado Carlos Henrique Gaguim, propõe alteração da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, nos seguintes termos.

*Art. 1º Esta lei altera a tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre rapadura.*

*Art. 2º Ficam isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados as rapaduras apresentadas sob diferentes formas, com adição ou não de outras substâncias alimentícias, classificadas nos códigos 17.03 e 17.04 da Tabela do IPI (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011.*

3. Preliminarmente, registra-se que o Projeto de Lei em referência propõe isenção do IPI sobre rapadura para os produtos classificados nos códigos 17.03 e 17.04 da Tabela do IPI (TIPI). Os códigos em comento abrangem, conforme descrição da TIPI: melaços de cana; outros melaços da extração ou refinação do açúcar; gomas de mascar mesmo revestidas de açúcar; chocolate branco; caramelos, confeitos, dropes, pastilhas, e produtos semelhantes; outros produtos de confeitaria, sem cacau.

4. Para o cálculo da renúncia estimada decorrente do Projeto de Lei 3.171/19, foram considerados os valores totalizados de IPI referentes aos itens 17.03 e 17.04, obtidos a partir das Notas Fiscais Eletrônicas disponíveis nas bases da RFB para o ano de 2018. As projeções para o exercício em curso e seguintes foram calculadas a partir de parâmetros de atualização informados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia. O quadro a seguir apresenta a renúncia estimada conforme explicitado.

<b>PL 3.171/2019 - Estimativa de Renúncia</b>	
	R\$ milhões
2019 (mês)	22,14
2020	287,03
2021	309,17
2022	330,62

São estas as considerações submetidas à apreciação superior.

Assinado digitalmente  
RICARDO DE ANDRADE NASCIMENTO  
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se aos Chefe do Cetad.

Assinado digitalmente  
ROBERTO NAME RIBEIRO  
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Coordenador da Coest

De acordo. Encaminhe-se conforme proposto ao Gabinete da RFB.

Assinado digitalmente  
CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS  
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Coordenador do Cetad





**Ministério da Fazenda**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado por RICARDO DE ANDRADE NASCIMENTO em 11/11/2019 17:00:00.

Documento autenticado digitalmente por RICARDO DE ANDRADE NASCIMENTO em 11/11/2019.

Documento assinado digitalmente por: CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 12/11/2019, ROBERTO NAME RIBEIRO em 11/11/2019 e RICARDO DE ANDRADE NASCIMENTO em 11/11/2019.

Esta cópia / impressão foi realizada por FRANCISCO DE ASSIS BISPO SANTOS em 13/11/2019.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP13.1119.11040.7VD7**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**E29182C01D1047B2103D81094E0062EDE22C0687C4E26A73AEE22B0CE9525CC4**